

CNPJ/MF n.º 11.697.171/0001-38

NIRE: 35300377303

ATA DA DÉCIMA SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DA SPDA, DE 2021. Aos quinze dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e um, às dezoito horas, reuniu-se virtualmente o Conselho Fiscal da COMPANHIA SÃO PAULO DE DESENVOLVIMENTO E MOBILIZAÇÃO DE ATIVOS - SPDA, com sede na Rua Líbero Badaró, nº 190, 5º andar, Centro, no Município de São Paulo, Estado de São Paulo. PARTICIPANTES: EVANDRO LUIS ALPOIM FREIRE, Presidente do Conselho Fiscal; ARTHUR GUERRA DE ANDRADE e MARCO ANTONIO PALERMO. Conselheiros Fiscais; MAURÍCIO AKIHIRO MAKI, Diretor Administrativo Financeiro, e HÉLIO RUBENS DE OLIVEIRA MENDES, Diretor Presidente. Iniciando os trabalhos, os Conselheiros convidaram a mim, PATRICIA MENEGHINI DA SILVA, para atuar como Secretária da Reunião, após, deliberou-se sobre a seguinte ORDEM DO DIA, a saber: 1) Acompanhar as Despesas de pessoal: folha de pagamento e encargos, se está respeitando os acordos coletivos, identificar e acompanhar, se existente, a evolução de eventual passivo trabalhista; alocação do quadro de pessoal: verificar o quantitativo de funcionários da empresa, as áreas nas quais estão alocados e analisar a adequação deste quadro; 2) Situação geral das contas e análise do Fluxo de Caixa mensal e projeção anual; 3) Informe sobre amortização de cotas do FIDC SPDA e planejamento fiscal da Companhia; e 4) Informe sobre a extinção da Companhia Paulistana de Securitização. **DELIBERAÇÕES: 1)** Tendo em vista o cronograma definido no Plano de Trabalho do Conselho Fiscal da SPDA para o ano de 2021, em especial quanto ao acompanhamento das despesas de pessoal, o Diretor Administrativo Financeiro apresentou aos Conselheiros o plano de cargos e salários, a folha de pagamento relativa ao mês de novembro de 2021, com os encargos e benefícios. Quanto a reajustes de salários, explicou sobre: (i) as "Diretrizes de negociação dos acordos coletivos" aprovadas pela Junta Orçamentário-Financeira -JOF, em reunião ocorrida em 22 de novembro de 2019; (ii) o precedente gerado pela determinação do COGEAI em reunião realizada em 16 de fevereiro de 2021; e (iii) a Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) referente ao bienio 2021 - 2023 do SINDAESP utilizada como referência. Ainda, informou que, embora não possua funcinários que sejam sindicalizados, a Companhia entende como boa prática seguir as regras definidas pelo sindicato que representaria a categoria, sempre nos limites postos pela JOF, de maneira que não existem processos trabalhistas contra a Companhia. Com relação aos benefícios atualmente concedidos aos funcionários, o Conselho Fiscal sugeriu à Diretoria Executiva realizar um levantamento sobre quais benefícios são



CNPJ/MF n.º 11.697.171/0001-38

NIRE: 35300377303

concedidos pelas demais empresas públicas municipais ao seus funcionários; 2) Em seguida, o Diretor Administrativo Financeiro apresentou análise do fluxo de caixa e a situação atual das contas da Companhia; 3) Após, o Diretor Administrativo Financeiro exibiu aos Conselheiros o planejamento fiscal da Companhia com a constituição de Juros sobre Capital Próprio (JCP) para futura integralização no capital da Companhia. Foram apresentados cenários que consideravam diferentes valores de amortizações de cotas do FIDC com as projeções de desembolsos (para pagamento de tributos, seja por estimativa ou após a efetiva constituição) e incidência tributária (crédito tributário constituído). Entre os cenários apresentados, em simulação de projeção para dezembro com base em dados do realizado até novembro, a amortização de R\$ 32 milhões de cotas do FIDC SPDA em dezembro para integralização do saldo no fundo que garantirá as PPPs apresenta-se como o cenário mais adequado ao planejamento financeiro da Companhia, consequentemente aderente ao interesse público municipal, em especial sob o ponto de vista tributário. Por fim, informou que esta proposta será apresentada para deliberação do Conselho de Administração em sua próxima reunião, no dia 16 do presente mês. O Conselho tomou ciência e não houve apontamentos; e 4) Quanto à extinção da Companhia Paulistana de Securitização - SP Securitização, o Diretor Presidente informou aos Conselheiros que a Jucesp deferiu o registro da ata da Assembleia Geral de extinção da SP Securitização na presente data. Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião, lavrando-se esta Ata que vai assinada por mim e todos os presentes.

PATRICIA MENEGHINI DA SILVA

EVANDRO LUIS ALPOIM FREIRE

Secretária da Reunião

Presidente do Conselho Fiscal

ARTHUR GUERRA DE ANDRADE

MARCO ANTONIO PALERMO

Conselheiro Fiscal

Conselheiro Fiscal



CNPJ/MF n.º 11.697.171/0001-38

NIRE: 35300377303

HÉLIO RUBENS DE OLIVEIRA MENDES

MAURÍCIO AKIHIRO MAKI

Diretor Presidente

Diretor Administrativo Financeiro